

## **O ARRAIAL DE PRADOS E SEUS FEITICEIROS: RESISTÊNCIA NEGRA, ENFRENTAMENTO E CUMPLICIDADE SENHORIAL**

JOÃO ANTÔNIO DAMASCENO MOREIRA<sup>1</sup>

**RESUMO:** A denúncia contra a escrava Florência de Souza Portella ao Tribunal do Santo Ofício, em 1773, traz um exemplo ilustrativo do complicado jogo de relações sociais do Brasil colonial. Florência, através das práticas mágicas, enfrentou a configuração social vigente e conseguiu para si inúmeras vantagens, respeito e poder. Além dela, aparecem também outros denunciados, entre eles, Domingos Rodrigues Dantas, que usava o conhecimento mágico de seus negros a seu favor. O que permite perceber cumplicidade de interesses que muitas vezes associava as classes em prol do alcance de benefícios e vantagens. É sobre esses conflitos inerentes a condição colonial e seus desdobramentos que este trabalho procura refletir.

### **Introdução**

Na península Ibérica nos primeiros anos da época moderna, a despeito da tomada de consciência da Igreja como propagadora da ortodoxia da verdadeira fé a ser seguida por todos os seres humanos, das imposições tridentinas sobre a homogeneização da sociedade e a melhor preparação dos prelados, que deveriam assumir a função e ter a capacidade de guiar os fiéis a encontrarem a verdade da religião, sobreviveram práticas oriundas da religião folclorizada da Idade Média, da crença no poder da magia e em suas práticas, no poder de objetos sagrados, palavras e orações, como soluções práticas aos problemas cotidianos populares. Essas práticas sobreviventes, mesmo perseguidas pela Igreja através da ação dos tribunais inquisitoriais e episcopais e em certa medida também por tribunais civis, permaneceram entre a população e chegaram à colônia trazida na bagagem dos imigrantes colonizadores, principalmente os que vieram degredados pela Inquisição.

Ao recorrerem a curas supersticiosas, com utilização de defumadouros de ervas, beberagens, adivinhações em bacias d'água ou na tão difundida prática da peneira com a tesoura, ou da chave dentro dos livros das horas de Nossa Senhora, ao recorrerem aos poderes das orações para retirar ou causar malefícios, ao buscarem proteção nas cartas

---

<sup>1</sup> Mestrando em história pela Universidade Federal de São João del Rei.

de tocar que acreditava-se, fechava o corpo a qualquer metal, doença ou picadas de animais peçonhentos, perigos comuns à lida colonial, ao participarem dos calundus e catimbós onde as almas dos antepassados voltavam e diziam as causas das doenças ou os motivos dos desassossegos, ao entregarem a alma ao diabo, ou concorrerem em qualquer uma dessas e muitas outras práticas, que para o discurso demonológico dos inquisidores, presumia pacto implícito ou explícito com o demônio, os colonos buscavam confortar-se e resolverem suas mazelas e conflitos cotidianos. A magia era o caminho alternativo para os problemas oriundos de ordens diversas e o elo entre as pessoas e as práticas comuns de seus antepassados (SOUZA, 1986, p. 230).

Em seu trabalho sobre as crenças e práticas mágico religiosas em Portugal, José Pedro Paiva, busca compreender o quanto as esferas culturais da sociedade estavam imbricadas ao recorrerem ao simbolismo dos feiticeiros para a resolução dos conflitos cotidianos (PAIVA, 1997, p. 95). Buscava-se na feitiçaria a manipulação das ações e vontades, por meio de encantamentos, como pingar uma gota do sangue menstrual no vinho do amante a que se queria conquistar, na mesma medida também era comum os fervedouros, os encantamentos de objetos por meio de palavras e evocação de episódios da vida de santos, como santo Erasmo, santa Helena e santo Antônio, bem como evocação de espíritos do outro mundo para o favorecimento de amores ilícitos. Também os poderes dos astros apareciam nas “devoções” mágicas, evocando elementos diversos de crenças pagãs, cujos verdadeiros significados há muito haviam se perdido. Na magia, buscava-se também conforto para os males do corpo, as doenças que a limitada medicina douta ainda não conseguia remediar, principalmente se considerado as péssimas condições de higiene e a má alimentação das pessoas neste período e as hordas de epidemias que assolavam a população. Outras características eram atribuídas aos feiticeiros, como a capacidade de causar malefícios a quem se desejava prejudicar, assim como também o poder de adivinhar o futuro e até poder manipulá-lo, como o uso da peneira e da tesoura, muito difundido também na colônia, assim como a adivinhação pela água. Conforme PAIVA (1997, p. 137), esta era a mentalidade religiosa popular portuguesa, fruto do hibridismo de diferentes crenças e cultos de diversificadas origens, cujos verdadeiros significados há muito já estavam esquecidos e suas práticas limitavam-se à repetição através das gerações sucessivas, bem como as adaptações e cruzamentos que delas as pessoas faziam.

Este arcabouço cultural foi levado na bagagem para o Brasil, dos imigrantes colonizadores, que no Novo Mundo encontraram terreno propício para novas

adaptações e apropriações de diferentes práticas, ameríndias e africanas, valendo-se delas, como mecanismos de enfrentamento e soluções para os problemas e conflitos coloniais, assim como na metrópole. O amálgama dessas práticas de diferentes fontes culturais representavam a mentalidade religiosa portuguesa, refundida na colônia aos novos elementos aqui disponíveis, que passaram a representar o específico colonial (SOUZA, 1986).

Na linha das reflexões de PAIVA (1997) a respeito da religiosidade popular em Portugal e sua influência em território colonial, SOUZA (1986, p. 156) teoriza a respeito do corpo de crenças amalgamadas que formaram o espectro específico mágico colonial. A base das crenças populares era subsidiada pela permanência de resquícios da folclorização medieval do sagrado religioso, o fascínio causado por tudo aquilo que simbolicamente representava a figura divina e os sacramentos religiosos. A Igreja, conscientizada de ser a única portadora da verdadeira lei de Deus, responsável em sua concepção pela homogeneização dos costumes e por guiar os fiéis ao caminho da salvação em Cristo, acreditava na necessidade de efetuar a limpeza no seio da sociedade das superstições que ameaçava a efetivação de sua missão evangelizadora.

É marcante no trabalho da historiadora, a relação das crenças e superstições mágicas presentes na colônia e as existentes no seio da população portuguesa. Mas, também observamos as redefinições e adaptações fruto do contato dessa mentalidade com as cosmogonias ameríndias e africanas também constituintes do estrato social colonial. O século XVIII, talvez, seja o período que melhor ilustre a mistura cultural na qual se encontrava a colônia. As práticas destinadas às curas, por exemplo, eram em sua maioria realizadas através de sopro e/ou sucção, pois acreditava-se que pelo sopro o curandeiro passava sua força vital e através da sucção retirava todos os males que castigavam o corpo, tais crenças, acrescentado aí também o ato de desenterrar (SOUZA, 1986, p. 230-231), nos dão margem para perceber como de fato, práticas europeias e africanas estavam imbricadas umas nas outras, pois sugar, assoprar e desenterrar era comum tanto entre portugueses quanto entre africanos. Além disso, também no século XVIII pode-se observar em um mesmo contexto, muitas vezes combinados, magias invocativas, de cunho europeu, curandeirismo comum entre africanos, o xamanismo ameríndio e algumas tradições populares antigas. Outros elementos como os ingredientes usados para preparar os feitiços, nos dão mostras do quanto misturadas estavam as mais diversas práticas, muitas sem seu significado original, já outras com significados bem preservados, mas todas possuidoras de traços comuns, principalmente

em seus objetivos, atender os acontecimentos diários, fazendo com que a dureza e ingratidão da vida ultramarina devido ao colonialismo e escravismo, fossem, ao menos em parte, amenizadas.

A formação colonial foi sempre permeada por uma constante tensão, e assim, influenciou muitas vezes as práticas mágicas realizadas pelos colonos, visto que o sistema era extremamente desfavorável às classes mais pobres e principalmente aos cativos. Assim, uma das formas de defender seus interesses, especialmente entre os escravos, e manterem sua integridade física, era valendo-se dos recursos da magia, utilizada também na metrópole de forma similar, como demonstra PAIVA (1997, p. 137). Ou seja, outro fator determinante para a formação do sincretismo específico colonial, foi a situação política do período. Por outro lado, as práticas mágicas e seus derivantes, além de refletirem o sincretismo religioso encontrado na colônia, tendem a refletir também os conflitos e tensões inerentes à sobrevivência colonial, principalmente no que tange as relações entre senhores e escravos. Como poderemos observar mais adiante os feitiços e as práticas ligadas à magia, ofensivas ou não, podiam mostrar mais que ligações entre escravos e seus antepassados, mas também se configuravam em uma forma de resistência negra frente ao sistema escravista. Resistência, não tentativa, porque em muitos casos, provavelmente pelo medo que os senhores tinham do potencial mágico de seus escravos, eles acabavam, quase sempre, conseguindo o que pleiteavam (SILVA, 2008, p. 98). De forma geral, os feitiços e as mais diversas artes mágicas utilizadas pelos cativos, representavam para os mesmos, uma forma de saírem ou ao menos driblarem o sistema em que estavam inseridos, sem a necessidade de destruí-lo. Para isso, atacavam ao Senhor e à sua família, como também diretamente sua propriedade, jogando feitiços contra seus escravos, animais e mesmo bens inanimados, até mesmo na pior das hipóteses se matando, provocando-lhe grande prejuízo material e causando enorme preocupação quanto às possibilidades de perda entre suas peças.

Nesse contexto, Minas Gerais, devido ao seu alto índice de cativos, protagonizou um dos maiores campos para existência desses conflitos. Esse elevado número de escravos na província fornecia combustível para a propagação dos conflitos entre senhores e escravos, e assim, o medo das reações cativas foi difundido nas Minas. O uso de práticas mágicas no dia-a-dia era frequente, por parte não só dos cativos africanos ou já nascidos em território colonial, mas também entre toda a população, independente da classe a que pertencia (CALDAS, 2006/2007, p. 103). Entre os cativos principalmente, tais práticas, eram talvez o único elo com suas terras de origem. Somando a isso,

atraídos pela corrida do ouro, pessoas de diversas origens, degredados, desbravadores, paulistas, emboabas chegaram à região aurífera aos bandos, ocupando seus territórios e dominando o gentio. Dessa forma, Minas configurou-se solo fértil para disseminação e mescla de elementos aqui já existentes com os presentes nas culturas africanas, tornando-os parte integrante da vida nos arraiais auríferos. Assim, novas práticas foram criadas, algumas adaptadas e modificadas e outras mantidas (SOUZA, 1986, p. 97).

### **Enquanto vida eu tiver, ninguém há de “bolir” com vocês**

Na tentativa de fuga das mais diversas formas de opressão, muitas vezes os negros, inseridos em um contexto onde tinham poucas alternativas de melhores condições de vida, buscavam formas para se esquivarem e viverem da melhor forma que lhes fosse possível, uma das possibilidades, visto que a fuga significava uma alternativa perigosa e incerta, era o uso das “artes diabólicas”, fosse para resolver questões de saúde, amenizar ou evitar castigos e até mesmo solucionar problemas de amor (SOUZA, 1986, p. 272). Independente da intenção ou da forma como era feita e utilizada, tal prática, que não ocorreu somente entre os cativos, é de vital importância para a compreensão de como negros, índios, brancos, pobres e ricos se relacionavam com tais práticas e, por conseguinte como se relacionavam entre si, utilizando tais artes como amortecedores das complicadas relações sociais.

É bem sabido que a Inquisição e a imposição por parte da Igreja de uma ortodoxia católica, com seu discurso, criava na mentalidade popular a condição de deslealdade para com Deus, caso não relatasse algum assunto de desvio de fé que tivesse nota, transformando toda a população em possíveis desviantes da fé, considerando que a omissão presumia um desvio em si. A Inquisição criou uma horda de denunciadores, verdadeiros espiões da Igreja, deteriorando o tecido social, transformando simples conflitos entre vizinhos em assuntos de fé. Em situações onde havia querela, a denúncia poderia servir como vingança a quem se queria prejudicar, visto que aquele que caía nas malhas inquisitoriais, dificilmente saía ileso, mas sempre estigmatizado (SOUZA, 1986, p. 272).

O período colonial brasileiro foi marcado por um intenso processo de misturas culturais, onde novos referenciais simbólicos foram forjados a partir da junção do sincretismo religioso português às diferentes cosmogonias ameríndias aqui já existentes, posteriormente, a inserção dos africanos escravizados na colônia, também portadores de

suas diferenciadas culturas, veio completar a fusão de pensamentos e práticas que configuraram a específica mentalidade religiosa colonial.

Os mais de 300 anos de escravidão no Brasil, desde o princípio foram mediados por relações de dominação de uma classe expropriada de seus direitos básicos de liberdade pela classe senhorial oriunda dos mais variados estratos aristocráticos portugueses que representavam o administrativo colonial. No entanto, o que tem sido observado em novas pesquisas, intensificadas cada vez mais a partir da década de 80, onde as mentalidades das culturas do passado passaram a ocupar lugar de destaque na historiografia brasileira, é que em muitas vezes as relações senhor/escravo foram mediadas por tensões conflituosas, na qual a resistência cativa frente às imposições senhoriais se destaca, demonstrando o quão equivocadas estiveram as opiniões da extrema passividade cativa na colônia, onde os escravos foram vistos mais como meros fantoches dos senhores do que ativos agentes de formação cultural. Observam-se também as infundáveis possibilidades de negociações, em que as duas classes sempre estiveram ligadas de forma interdependente, buscando atender aos interesses de ambas as partes. Sem esses ajustes, seria difícil compreender o porquê de a escravidão ter durado tanto em nossas terras<sup>2</sup>.

Laura de Mello e Souza, em seu importante trabalho sobre magia e religiosidade popular no Brasil colonial, atenta para a especificidade da população que se forjou em Minas Gerais no século XVIII, no contexto da descoberta e exploração aurífera. Segundo a autora, a região foi campeã de conflitos inerentes das relações escravistas, onde os negros buscavam nas amalgamadas práticas mágico-religiosas, elementos que pudessem reestabelecer a harmonia e amenizar as agruras de seus cotidianos, essas práticas poderiam representar importantes mecanismos de resistência e ameaça à integridade da propriedade senhorial (SOUZA, 1986, p. 265).

Um bom exemplo do que ora se apresenta, é a denúncia constante nos Cadernos do Promotor do Tribunal Inquisitorial de Lisboa, referente ao arraial dos Prados, termo da Vila de São José del Rei na província de Minas Gerais. Em 1773<sup>3</sup>, Thomaz Pereira de Melo, relata um interessante caso envolvendo desde conflito direto entre senhores e seus planteis, até as sutilezas das negociações e conveniências que envolveram

---

<sup>2</sup> A escravidão no Brasil durou mais de trezentos anos não só pelos meios repressivos de que o sistema se valia para controlar o cativo - castigos, açoites e punições etc. -, mas, sobretudo, pelas estratégias que senhores e escravos utilizavam tanto para manutenção do cativo quanto para melhor sobreviverem em sua realidade social. (SILVA, 2008).

<sup>3</sup> ANTT. Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, n 130, livro 319, fol. 0277-0287, doc. 115.

interesses diversos, chantagem e medo, revelando muito dos anseios, da cultura e da mentalidade religiosa da sociedade mineira dos setecentos, bem como o impacto causado pelo discurso inquisitorial sempre corroborando para intensificação dos conflitos cotidianos.

O Arraial de Prados estava inserido no seio da sociedade mineradora, em região muito rica em fazendas de produção de gêneros de subsistência, portanto com grande população cativa com potencial para desencadeamento de conflitos. Na referida denúncia, Thomaz Pereira, talvez por inimizade ou algum tipo de vingança, busca incriminar o alferes Domingos Rodrigues Dantas, acusando-o de proteger e valer-se dos poderes de alguns feiticeiros que viviam na Vargem, subúrbio do Arraial, localidade denominada pela população da época como "Aldeia Dos feiticeiros". O denunciador segue com sua narrativa relatando o ocorrido entre Domingos Dantas e a mulata Florência de Souza Portela, com quem tinha tratos de amizade e boa convivência há muito tempo. Segundo ele, a mulata havia enterrado na porta do denunciado uma panela com feitiços, considerada no período como uma das práticas de maior violência, envolvendo pacto direto com o demônio. Quando indagada dos motivos de haver promovido tal "diabrura", respondeu que não haveria ele de se casar e ela continuar cativa para o resto da vida, que ela "com seus remédios" não permitiria, mesmo que para isso fosse para o inferno. Com o intuito de se livrar de tão terrível sina, o denunciado procurou por Antônio de Souza Portela, proprietário da mulata feiticeira com o intuito de conseguir a liberdade dela. Talvez, como prova da possível rede de clientelismo e troca de favores, antes mesmo do pôr do sol estava a mulata alforriada. Segundo Tomás, na realização do feitiço, a mulata contou com o auxílio de seu irmão Simão de Souza Portela. Os dois, algum tempo depois, teriam matado com a eficácia de seus poderes seu senhor Antônio de Souza Portela. Como diz LÉVI-STRAUSS (1975), a crença na prática, acarretava mais eficácia que a própria prática em si e o fato, por coincidência ou não, de Florência ter sido bem sucedida no evento da panela de feitiço na porta de Domingos Dantas e no assassinato a ela atribuído serviu para lhe angariar crédito e respeitabilidade de poderosa feiticeira. Além desses crimes, imputavam-lhe ainda a morte do marido de sua sobrinha, que segundo o denunciador, devia-lhe grandes quantias.

Tão presente estava a magia no arraial dos Prados e tão grande era a vontade de Tomaz em "exercer seu dever católico", que aparecem em sua denúncia mais três implicados em uso de feitiçaria na resolução dos problemas cotidianos de Prados.

Catarina, Izidoro e Isabel foram acusados pelo denunciador por deixarem uma escrava de um potentado local, com quem tinham suas diferenças, cega, surda e aleijada, onde fica claro, como acontece em muitas outras denúncias nos cadernos do promotor, a intenção de causar prejuízo na propriedade cativa, pois nessas condições a escrava afetada pelos feitiços ficaria inútil. Eis um bom exemplo do quanto a magia servia como resistência e legitimação de enfrentamento à dominação senhorial, como tem demonstrado SOUZA (1986).

Esses mesmo feiticeiros foram também acusados de matarem uma menina de 15 anos, filha de um homem que lhes devia dinheiro, porém, fica claro na narrativa que o alvo da vingança era outra filha do mesmo. Após o engano, com medo de retaliação, os três pediram socorro ao alferes Domingos Rodrigues Dantas, principal acusado na denúncia, o qual lhes oferece proteção, declarando que ficassem tranquilos, pois enquanto vida ele tivesse, "ninguém haveria de bolir com eles" <sup>4</sup>. Domingos Dantas chega a solicitar os serviços de Izidoro como adivinho para que descobrisse as "poucas vergonhas" de suas escravas no presente e no futuro, ou seja, um exemplo da apropriação, por parte dos senhores, da cultura dos negros para resolverem seus próprios problemas. Nesse caso, usa-se a magia africana contra os próprios negros (CALDAS, 2006/2007, p. 105). Os três utilizavam seus poderes como fonte de renda, atividade bastante comum no período, não só pelos negros, mas também pelos demais extratos sociais, sendo solicitados para interferirem em diversas situações em que coubesse a utilização da magia como atenuante ou agravante dos conflitos. Torna-se claro a conveniência do alferes ao oferecer guarida aos três feiticeiros, se considerarmos as vantagens de possuí-los em dívida de gratidão, como também o respeito perante a sociedade que poderia se intimidar com a proximidade do poderoso alferes. Nota-se, então, uma cumplicidade de interesses que muitas vezes associava as classes em prol do alcance de benefícios e vantagens distintas.

Nessa sociedade extremamente conflituosa, muitas foram as formas de resistência e adaptação às condições impostas aos negros em terras coloniais. Destacam-se as irmandades religiosas, onde se podiam aglomerar e buscar certa força de representação social, manifestada principalmente nas festas de reis, onde um rei negro era coroado em dias específicos de festas, aludindo à mescla de elementos culturais típicos africanos e católicos ibéricos (SOUZA, 2002, p. 132). As revoltas também

---

<sup>4</sup>ANTT. Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, n 130, livro 319, fol. 30v, doc. 115.



sempre estiveram a amedrontar os senhores. Podemos citar o temporalmente deslocado exemplo da Revolta de Carrancas, muito bem analisada por ANDRADE (2008), na qual os cativos da fazenda da Bela Cruz se revoltaram e cruelmente dizimaram a família de seus senhores em busca de liberdade e melhores condições de vida. Os quilombos, principal refúgio àqueles que não mais suportavam as condições em que se encontravam, lutavam por direitos e independência de suas comunidades perante a instituição escravista.

Pouco ainda se ouve falar das manifestações de resistência e adaptações através do uso da magia e elementos da já citada religiosidade amalgamada forjada na colônia. Os cativos, indígenas ou africanos, buscaram em suas origens culturais elementos que pudessem oferecer um referencial de conforto, além de lhes socorrerem nas agruras da lida cotidiana colonial. Mesmo inevitavelmente imersos no catolicismo, elementos simbólicos e práticas populares oriundas de seus antigos estratos culturais sobreviveram e serviram de aparato para a religiosidade específica que se forjou na colônia. Muitas foram as possibilidades e rituais que estiveram presentes em Minas Gerais entre a cultura popular no século XVIII, que mesmo perdidas de seus reais significados de origem, sobreviveram e representaram a esperança de possíveis futuras melhorias de condições de sobrevivência. Além da resistência perpetrada com o uso da magia, ela também serviu como mecanismos de trocas culturais e negociações de interesses e influências, onde ficam claras as absorções da cultura popular da magia e da religiosidade negra entre os senhores brancos europeus, bem como a europeização das camadas populares.

O estudo de casos particulares e desconhecidos, de pessoas que viviam em seu anonimato, pertencentes à gente comum da colônia, pode trazer a lume o que essas pessoas pensavam, diziam e como agiam em seus contextos. Buscar nestes relatos a história da cultura popular, suas práticas e ações, a mentalidade em si, pode contribuir para o instigante e interminável debate sobre a história cultural, onde conflitos, visões de mundo e crenças cotidianas, demonstram as diferenças e múltiplos pensamentos dentro de um mesmo contexto social, anseios, disputas, preferências, onde todos lutavam constantemente contra as mazelas e problemas do dia-a-dia, mas também com o próprio contexto em si.

Da complexa mentalidade popular que se configurou no *modus vivendi* da população negra aqui compulsoriamente inserida, chamam à atenção, das distintas formas de adaptação e resistência, a maneira como as mesinhas ibéricas, os calundus

africanos, a administração de pós, poções, o uso de cartas de tocar e utensílios sagrados como forma de fechar o corpo aos riscos do cotidiano, eram utilizados como solução, busca de conforto, proteção, resistência às injustiças senhoriais e até sobrevivência material na complexa lida colonial (SOUZA, 1986, p. 291). Em meados do século XVIII, Florência Antônia de Carvalho, de 13 anos, moradora na Vila de Pitangui, nos traz um excelente relato do quão intrínseco estavam as relações entre as populações branca e negra, onde Antônio de Carvalho, senhor de boas posses e seus dois filhos, juntam-se a seus escravos colocando-se todos a imitar sons de animais, como cavalos, bodes, galinhas e cachorros, subindo em árvores, montando uns nos outros em forma de cavalos, depois dançando e cantando, tudo antes que o galo da meia noite cantasse, no que se retiravam para dentro de casa e colocavam-se a arrastar a imagem de Cristo, atividade constante nos relatos da época, colocando-a em um prato e untando-a com sangue tirado dos próprios<sup>5</sup>. Arrastar, açoitar imagens de santos, estiveram, de acordo com SOUZA (1986, p. 115), constantemente presentes nos rituais de possessão demoníaca, onde muito mais que a negação da religião, vemos a força de suas crenças. Outro bom exemplo de cumplicidade, sem deixar de considerá-la como uma maneira de resistência, entre os diferentes estratos da sociedade mineira colonial, é do feitor crucificado por seu patrão e seus escravos. O homem foi severamente açoitado, teve seu corpo pingado com lacre de carta derretido e toucinho, depois sendo crucificado em um esteio da casa, tendo seus órgãos genitais cortados para que morresse agonizando. Posteriormente foi enterrado atrás da casa<sup>6</sup>. Talvez, o verdadeiro sentido dessas ações, seja muito mais que buscar a imitação do sacrifício de Cristo na Cruz, mas a imputação de algum tipo de vingança, ou mesmo anseio sadomasoquista, onde a participação cativa suscita diferentes interpretações. Nas manifestações de resistência cativa, além do já citado caso acontecido no Arraial de Prados, onde vários aspectos cotidianos da mentalidade e cultura da época podem vir a lume, podemos considerar também como exemplo a feitiçaria como busca por amansar senhor, como o caso de Teresa, escrava de Francisco Soares morador em Mariana, que pede a Antônio Machado Fagundes, também negro, para que lhe desse um remédio para que sua senhora não mais a castigasse<sup>7</sup>. Mais que resistência, essas evocações indicam a repulsa negra pelas injustiças a que eram constantemente submetidos, dão luz a seus anseios, esperanças,

---

<sup>5</sup> ANTT. Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, n 130, livro 296, fol.0611, doc. 257.

<sup>6</sup> ANTT. Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, n 130, livro 304, fol. 0623-0643, doc. 312-322.

<sup>7</sup> ANTT. Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, n 130, livro 318, fol. 1250-1251, doc. 528.

associações, adaptações, permitindo-nos compreender os aspectos mais cotidianos de sua cultura, configurada a partir das rupturas e continuidades necessárias às adaptações ao longo das temporalidades históricas, constituindo a própria cultura colonial.

Tais casos nos permitem observar as facetas do cotidiano comum dessas pessoas, além de contribuir para o instigante debate acerca da cultura popular forjada no Brasil e suas mais diversas contribuições.

## Referências

### I - Fontes manuscritas

1 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

1.1 – Cadernos do Promotor

Livro 296 [1732-1746], fol.0611, doc. 257.

Livro 304 [1719-1752], fol. 0623-0643.

Livro 318 [1740-1761], fol. 1250-1251.

Livro 319 [1769-1790], fol. 0277-0287.

2 - Arquivo histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei.

2.1 – Inventários

Florência de Sousa Portella, caixa nº 398.

2.2 – Testamentos

Florência de Sousa Portella, caixa nº 108.

### II – Fontes impressas

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CALDAS, Glícia. **A magia do feitiço: apropriações africanas no Brasil colônia**. **Revista eletrônica: Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, São Paulo, v. 1, n 001, p. 96-109, set./fev. 2006/2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O feiticeiro e sua magia**. In: Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

NOVINSKY, Anita. **Ser marrano em Minas Colonial**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n 40, p. 161-176. 2001.

PAIVA, Pedro. **Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”**. Lisboa: Notícias, 2002.

SILVA, Cristiano Lima da. **O serviço mais íntimo e delicado: aspectos do universo da escravidão doméstica e algumas formas de conquista de alforria**. **Mal-estar e sociedade**, Barbacena, ano I, n 1, p. 89-110, nov. 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

SOUZA, Marina de Mello e. **Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre a miscigenação cultural**. In: Afro-ásia, nº 28, UFBA, 2002, pp. 125-146.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.